

As Leituras Contemporâneas de Gênero e suas Repercussões nas Organizações Familiares

PAULO ROBERTO CECCARELLI

in: Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção. Editora: Zagodoni, 2019, p. 17-28

A paternidade é a prática daquilo que os sociólogos chamam cada vez mais de parentalidade, ou seja, o exercício da função parental; [o exercício] de uma situação de educação e de responsabilidade em relação à criança, feita de injunções repetidas e cumplicidades divididas.

(Anne Cadoret)

Introdução

Em um livro que marcou data, *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn (1970/2006) nos lembra que a função da ciência é rescrever as normas para levá-las mais longe. A “nova ciência” daí advinda será inevitavelmente superada pela próxima, que apresentará uma nova leitura da realidade. E assim em diante. Constantemente, necessitamos de outras referências para apoiarmos os resultados de novas observações, quando as antigas não mais se sustentam.

A verdade é uma invenção interpretativa, cujos conceitos se mantêm até que uma nova verdade se apresente (FOUCAULT, 2000/1979). Esse movimento transgressor faz avançar a reflexão em todo e qualquer campo do conhecimento. A transgressão permite a possibilidade de novos caminhos para outras verdades, marcando a potencialidade de resistência à repetição do mesmo (CECCARELLI, 2009).

Os estudos relativos às organizações familiares e ao gênero não fogem à regra: são repletos de exemplos nos quais as alterações nas normas tradicionais são acompanhadas de uma forte carga emotiva: de um lado dúvida e temor, de outro, surpresa e entusiasmo.

Breve história da família

Antes de abordarmos o nosso tema – *As repercussões das leituras contemporâneas de gênero nas organizações familiares* – é importante lembrar que a organização familiar “tradicional” é uma construção que nem sempre existiu, não se constituindo de modo universal. Nos primeiros séculos da nossa era, a luta foi intensa entre a moral cristã incipiente e as práticas etiquetadas como pagãs de concubinato e divórcio, tão comuns no Mundo Antigo.

Uma breve incursão nas bases que sustentam a *História da Família* (BURGUIERE; KLAPISCH-ZUBER; SEGALIN; ZONABEND, 1986) e nos estudos antropológicos nos informa da diversidade dos arranjos familiares, cada um com seu próprio universo discursivo. Nestes, os lugares de “pai” e “mãe” variam segundo a cultura: “O parentesco não é uma invariante, mas, sim, um fenômeno histórico e contingente” (ARAN; CORRÊA, 2004). A enorme heterogeneidade dos arranjos familiares levou os antropólogos a evidenciarem as invariáveis que criam as diversidades, em vez de classificarem as sociedades em termos de civilização (FINE, 2002).

O modelo de família que hoje conhecemos se instalou a partir dos séculos XVI e XVII, quando o Estado começou a interferir no controle da população. Tal modelo é tributário da ideologia que defendia que a família era “natural”, logo, inquestionável e imutável (LENOIR, 2003), o que levou, gradativamente, à ritualização da união entre duas pessoas por motivações socioeconômicas. Os dispositivos políticos e jurídicos criados pelo Estado – regulamentações patrimoniais, sucessão, sobrenome, distinção entre filhos legítimos e naturais, o lugar da concubina... – eram apoiados por uma rigorosa moral. Este modelo patriarcal de família, baseado na origem divina do matrimônio segundo a interpretação agostiniana das Escrituras – indissolubilidade do casamento, monogamia, fidelidade – recebeu grande apoio da Igreja, sobretudo quando ela passou a ditar as regras do casamento (VAINVAS, 1992). Ainda hoje, a indissolubilidade do casamento, a monogamia, a fidelidade são sustentadas pelo modelo Cristão, que se posiciona contra tudo que o ameace: contracepção, aborto, uniões livres, homoparentalidade... Para muitos, o modelo tradicional continua sendo a referência nas discussões sobre família, como se fosse a único capaz de sustentar a ordem social e de produzir subjetivações sadias.

A família é um arranjo no qual as relações de parentesco se organizam, atribuindo a criança aos pais, e pais à criança. É a cultura que de-

termina quem são os pais e a quem confiar os filhos, além de regular o permitido e o proibido, o possível e o insuportável. Alguns grupamentos humanos dissociam a procriação do biológico, e conferem vários progenitores (tanto o pai, quanto a mãe) à criança: a relação genitor/pai e genitora/mãe não é universal, e as diferentes organizações simbólicas daí advindas atestam as inúmeras leituras do real (PARSEVAL, 2007).

Posto que a transformação dos genitores em pais vai além do nascimento, nascer de um homem e de uma mulher não basta para ser filho, ou filha, daquele homem e daquela mulher; gerar uma criança não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) deve ser transformado em filiação (fatos social e político), para que a criança seja inserida na organização simbólica (fato psíquico), que a inscreve no desejo do Outro, aqui representado por quem acolhe o recém-nascido no mundo dando-lhe um berço psíquico, e que a permite constituir-se como sujeito.

Esses três fatos – físico, social e psíquico – se relacionam cada vez menos na cultura ocidental: a reprodução assistida (fato físico) desvincula as relações entre a criança e os genitores. O reconhecimento de uma linhagem, de uma filiação (fato social), pode não ser exercido pelos genitores biológicos, como é o caso de uma criança adotiva. Quanto à inserção do recém-nascido no simbólico (fato psíquico), é indispensável saber como a criança foi acolhida no mundo para que isso ocorra, independentemente do arranjo familiar. Ou, ainda, como ocorrerá a construção do mito individual, e a produção da verdade singular do sujeito.

O debate atual gira em torno das ligações afetivo-sexuais que fogem às convenções: famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinárias, temporárias, tentaculares, dilatadas, alterações na atribuição do sobrenome e muitas outras nomenclaturas que surgem a cada dia. Temos também as mudanças que afetam as condições de gestação e procriação: gestação de substituição, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo e, muito mais breve do que se pensa, a clonagem. Temos, ainda, as modificações de identidades sexuais e de gênero (transgêneros).

Pois bem, haveria diferenças significativas entre o investimento libidinal dos pais no caso de uma gravidez tradicional, e em uma fecundação *in vitro*? A construção da subjetividade em uma criança adotada seria diferente de uma criança fruto de inseminação artificial, por vezes com doador anônimo? Filhos/filhas de arranjos monoparentais, ou homoparentais, assim como os(as) oriundas de um casal transgênero terão

problemas de subjetivação que repercutiriam em suas organizações psíquicas?¹

Estas considerações mostram como os novos arranjos familiares ameaçam as configurações familiares ditas “naturais”. Há quem diga que as novas organizações familiares abalam a hegemonia do modelo tradicional. Consequentemente, vimos surgir vigorosos movimentos repressivos visando manter sistemas de valores e teorias que, até então, eram usadas para ler o mundo. O que está sendo, de fato, ameaçado são os ideais culturais apoiados nos modelos identificatórios que sustentam a representação de família no imaginário ocidental. A história da construção desses ideais deve ser procurada no mundo externo e nos mitos fundadores da cultura ocidental (FREUD, 1924). Sem dúvida, algumas décadas ainda serão necessárias para que as novas configurações familiares criem representações pulsionais (*Triebrepräsenz*) que as sustentem no discurso social.

Como escrevi em um texto anterior:

São inúmeros os arranjos que dissociam o sexo dos progenitores, de suas condições de pai e mãe, assim como a realidade biológica da concepção e da filiação, como aqueles compostos por filhos de uniões anteriores nos quais, sem guardar laços consanguíneos, se sentem em família. (CECCARELLI, 2007, p. 94)

Embora esta discussão não seja nova, ela não despertava interesse a ponto de se tornar objeto de estudo: há mais de um século temos assistido à desconstrução do discurso heteronormativo que expressa expectativas, demandas e obrigações sociais, do qual fazem parte as sexualidades, as organizações familiares, a parentalidade e as relações de gênero. Esse discurso é derivado de uma suposta heterossexualidade natural, presente no fundamento da sociedade (CECCARELLI, 2017a; 2017b).

Não por acaso, de tempo em tempo, os modelos familiares passam por uma “crise de referências simbólicas”; por serem uma construção atrelada a um momento histórico-político, as referências que sustentam tais modelos são passíveis de remanejamento e resignificação. O simples

¹ Muitos desses arranjos já existiam, mas eram considerados marginais em relação aos modelos-padrão, ou simplesmente ignorados como se não estivessem ocorrendo, ou tratados como uma fatalidade infeliz: crianças criadas por um só genitor – na maioria dos casos, a mãe.

fato de elas ocorrerem atesta o caráter imaginário de nossas certezas (se as referências fossem rígidas, naturais, não haveria mudanças).

O que sabemos do que diferencia os protagonistas dos “novos modelos” é o que diferencia os seres humanos: a particularidade do trajeto identificatório e as escolhas de objeto. Cada arranjo familiar terá sua própria configuração de angústia, constituindo o núcleo das neuroses. Mas, do ponto de vista da constituição do psiquismo, não existe nenhuma evidência para dizer, *a priori*, que um modelo seja mais ou menos patogênico que o outro (CECCARELLI, 2002).

Como dissemos na introdução, constatamos que o novo sempre afeta nosso sistema de valores ético-morais, levando a profundas reorganizações identitárias. Qualquer mudança gera angústia e produz defesas psíquicas, pois requer um trabalho de luto, no qual novos investimentos libidinais devem ser feitos, em detrimentos dos antigos (FREUD, 1917).

Se aplicarmos o que foi dito sobre as organizações familiares aos discursos que definem as relações entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, abriremos novos horizontes para se repensar as relações entre gênero e paternidade², esclarecendo melhor as construções identitárias.

As leituras de gênero

O conceito de *gênero* não foi inventado pelo feminismo, mas criado e desenvolvido pelos médicos que, na primeira metade do século XX, cuidavam de recém-nascidos intersexuais, que deveriam ser cirurgicamente «corrigidos» para sexo masculino ou feminino. Foi John Money, e mais tarde Stoller, que afirmou, com base na clínica, que a identidade sexual (hoje chamada “identidade de gênero”) não dependia do sexo biológico de nascença, e não tinha nenhuma causalidade natural, hormonal ou genética (CADEAU, 2019). Os trabalhos de Stoller influenciaram tanto o campo de clínica quanto o da pesquisa psicanalítica (de OLIVEIRA, 2017).

² O termo Paternidade é um neologismo criado do final do século XX. Deriva-se da esfera médico-psico-social, definindo o parentesco, a função dos pais em seus aspectos legais, políticos, socioeconômicos, culturais e institucionais. Trata-se de um “processo de acomodação mútua entre pais e filhos, quando se deve buscar um equilíbrio entre o controle por parte dos pais e a autonomia dos filhos” (FRIZZO, 2005, 87). Ou seja, é um arranjo dentro do qual as relações afetivas se organizam, existindo, ou não, vínculos biológicos entre os pais e a criança. Um sistema que atribui a criança aos pais e, ao mesmo tempo, os pais à criança.

No Movimento Feminista, o termo foi se difundindo aos poucos, e incorporado por correntes teóricas no campo das Ciências Sociais, recebendo o *status* de conceito. Em um primeiro momento, não se falava de uma desconstrução radical, mas da “influência cultural”: a sexualidade seria um universal influenciado pela cultura. Porém, a universalidade supõe um conceito único de mulher e de homem, excluindo os sujeitos que não se identificassem com os ditames culturais do que é ser homem ou mulher. Hoje sabemos que nascer com uma anatomia “feminina” ou “masculina” não implica ser homem ou mulher culturalmente: transexuais, transgêneros, intersexos...³.

A publicação de *O segundo sexo* por Simone de Beauvoir (1949/2012) tornou-se o embrião dos estudos de gênero, embora o termo não apareça na obra. O livro trata da primazia do social sobre o biológico na construção das relações de gênero, com a frase que se tornou emblemática: *On ne naît pas femme, on le devient*⁴.

Existem basicamente duas correntes que tentam compreender a questão de gênero: a construtivista e a essencialista. A última advoga por uma especificidade feminina, uma essência do feminino, reconhecida da mesma forma que a sua contraparte masculina.

Embora do lado construtivista não exista consenso, há uma concordância de que, em linhas gerais, gênero é uma forma de “[...] se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 2); uma divisão pautada não mais na natureza, mas em uma construção social. O discurso dominante exerceria o seu poder utilizando-se da diferença biológica entre os sexos para manter a tirania do patriarcado.

Sendo o gênero uma construção social, cabe desconstruí-lo no sentido derridiano. A emergência dos tipos masculino e feminino, baseada na distinção anatômica dos sexos, não seria nada mais que um instrumento político de dominação, no qual a binaridade dos gêneros seria uma construção artificial.

³ No Brasil o conceito de gênero é uma construção sociológica relativamente recente, pela necessidade de se diferenciar o sexo biológico dos papéis sociais femininos e masculinos (cf. BRASIL, 2003).

⁴ Para Butler (2003), nada na afirmação de Simone de Beauvoir – Não se nasce mulher, mas se torna mulher – permite dizer que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003, p. 27).

Com as críticas levantadas pelos *Estudos de Gênero*, as *Teorias Queer*⁵, e as *Teorias Críticas*, o sistema hegemônico sexo/gênero tem sido reavaliado. Ao sustentar que não existem “relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p.38), as modalidades de se vivenciar a sexualidade tornaram-se inúmeras, levando a uma reavaliação dos atributos sociais e do binarismo de gênero (BERTINI, 2009; BUTLER, 1990, 1993, 2004, 2009; De SOUSA FILHO, 2017; FRAISSE, 1996; LAQUEUR, 1992).

As construções identitárias, a complementariedade dos sexos, assim como as práticas sexuais até então qualificadas como perversas, ganharam novas leituras como o fim do binarismo de gênero, afetando diretamente a heteronormatividade. Hoje, discute-se a aquisição, pelo sujeito, das referências de gênero, independentemente de seu sexo anatômico, e a palavra transexual tem sido substituída por transgênero.

Entender o gênero como não binário o transforma em múltiplo e fluido, e o coloca como instrumento de luta política que determina os corpos e o prazer (FOUCAULT, 1984, 1985a, 1985b). Sendo o gênero um *continuum* entre dois extremos performáticos – o “todo masculino” e o “todo feminino” – então cada um se situa livremente na parte do *continuum* que ele se identifica, dentro de sua história, de forma durável ou provisória.

Ao que tudo indica, o mundo virtual, sobretudo na *internet*, tem sido o local privilegiado no qual diversas subjetividades e manifestações de gênero se manifestam, em particular no cibersexo (WAJCMAN, 2013; ROTHBLATT, 2011). Nesse espaço, onde a imaginação impera e tudo é possível, as possibilidades de satisfazer as fantasias são inúmeras: pode-se escolher o sexo, o gênero, e a orientação sexual... Em um futuro que já se anuncia, as tecnologias virtuais anularão a dicotomia sexo/gênero graças à hibridação entre corpo e máquina. Para alguns autores, o domínio da realidade virtual pode levar ao fim não apenas da diferença sexual e do binarismo de gênero, mas, igualmente, do corpo tal como o entendemos hoje, que serão híbridos de homem e máquina (CECCARELLI, 2017).

As novas leituras de gênero obrigam-nos a rever criticamente pontos centrais do arcabouço teórico da psicanálise utilizado para se falar das organizações familiares. Sendo o sexo tão historicizável quanto o gênero (BUTLER, 2003), por responder a posições ideológicas e de poder, te-

⁵ Originalmente queer (estranho, bizarro) foi considerado um insulto homofóbico. Contudo, foi reivindicado, mais tarde, por homens e mulheres negros do Harlem com práticas sexuais consideradas “desviantes”.

mos de repensar o masculino e o feminino, que, para a psicanálise, são calcados no biológico. Ao célebre “o que quer uma mulher”, devemos acrescentar “o que quer um homem”, pois os “destinos” das identificações devem ser repensados, em contraponto ao texto freudiano de 1925 *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Podemos ir ainda mais longe, e dizer que as fórmulas de sexuação propostas por Lacan representam uma teoria sobre a diferença, mas não um universal de subjetivação⁶.

A existência de uma diferença anatômica não está em dúvida. Porém, ao nos referirmos a ela em termos de “fálico” x “castrado”, “presença” x “ausência” construímos um discurso que anula a diferença, e valoriza um sexo (o que possui, o que não é castrado) em detrimento do outro (o que não possui, o castrado). Usar este discurso como sustentação teórica traduz uma dimensão política, e o dispositivo simbólico daí advindo, nada mais faz do que apoiar a desigualdade entre os sexos e os gêneros (BERTINI, 2009).

O que se depreende de tudo isso, é que o gênero revela-se um operador importante; um potente auxiliar para pensarmos os novos caminhos pulsionais, e a reavaliar as relações entre corpo, sexo, construções identitárias e discurso do poder: as relações sociais se organizam em torno da sexualidade e do desejo.

Gênero e organizações familiares

A separação da célula narcísica bebê-Outro varia segundo as culturas e as épocas, fazendo com que, como já dissemos, o parentesco seja histórico e contingente. Por se tratar de uma representação fantasmática, o complexo de Édipo é, ao mesmo tempo, universal e singular. E a circulação pulsional daí advinda guarda estreitas relações com a ordem social que organiza os protagonistas desse complexo: os lugares de pai e mãe não passam pelo sexo anatômico (PARSEVAL, 2007; DELIEGE, 1997). O Édipo, discutido por Freud, retrata a dinâmica pulsional que sustentava a organização familiar de sua época. Nela, os papéis do marido e da esposa pareciam imutáveis, e a figura detentora do falo (imaginário) era o pai.

Se os sistemas simbólicos responsáveis pela *performance* de gênero não são fixos, cabe à sociedade definir as variantes dos modos de filia-

ção: não é a proximidade genealógica ou a consanguinidade que determina as interdições às uniões. Por isso, qualquer novo arranjo familiar é, num primeiro momento, tratado como algo ameaçador, pois remete em questão a ideia de uma família “natural”, tal como a concebida pela sociedade.

A inscrição da criança no modelo de família da cultura na qual ela está inserida constitui sempre uma “violência simbólica” (BOURDIEU, 2002), na medida em que o discurso que sustenta o modelo é-lhe imposto como algo natural, que a criança tem de aceitar sob pena de exclusão social.

As referências de gênero não guardam nenhuma relação de continuidade com o sexo anatômico da criança, e, muito menos, com o de quem os apresenta a ela: os atributos de gênero podem ser passados à criança tanto por uma mulher quanto por um homem (CECCARELLI, 2017a).

É a força de Eros que sustenta os investimentos libidinais e a circulação pulsional (FREUD, 1930), independentemente do modelo familiar e das relações de gênero. Sem o equilíbrio das moções pulsionais ambivalentes, presentes em toda e qualquer configuração familiar – amor ou ódio em excesso são igualmente destrutivos – não havendo acolhimento possível para a criança.

As leituras contemporâneas de gênero nos mostram que, se do ponto de vista social as normas que definem as organizações familiares são relativamente bem estabelecidas, do ponto de vista psicológico não existe, *a priori*, nenhuma garantia: as famílias são sempre construídas e os filhos sempre adotados, pois as relações afetivas que unem os sujeitos são o resultado de investimentos objetivos que, como todo investimento, comportam movimentos pulsionais ambivalentes. Não existe uma organização familiar ideal que garantiria um desenrolar mais sadio, ou mais patogênico, para a constituição do sujeito.

A “sobrevivência psíquica” (McDOUGALL, 1987) da criança em desenvolvimento não depende de um arranjo familiar particular com suas modalidades de apresentações de gênero. O que há de se levar em conta é como uma determinada organização familiar, qualquer que seja o sexo e o gênero de seus protagonistas, acolhe o sujeito no mundo. Acolhimento que implica em sustentar o bebê, candidato potencial a tornar-se sujeito, na travessia de duas “violências” incontornáveis, fundamentais e fundantes: a violência primária (AULAGNIER, 1979) e a violência simbólica (BOURDIEU, 2002).

Evocar razões “naturais” para justificar as relações entre os arranjos

⁶ As observações de Michel Tort (2000) sobre este ponto são interessantes e pertinentes.

familiares e os atributos de gênero corresponderia a procurar tais razões fora da história, o que tornaria estanque as construções sociais, e transformaria o movimento científico em movimento ideológico.

As relações entre as representações de gênero e as organizações familiares não podem ser tratadas pelo viés de posições nostálgicas, que normatizam soluções pertencentes a universos simbólicos não mais sustentáveis na contemporaneidade.

Referências

ARAN, M.; CORREA, M. Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(2), 329-341, 2004.

AULAGNIER, P (1975). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

BANCO MUNDIAL. *Relatório de 2003: A questão de gênero no Brasil*. PDF acessível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/353511468213264187/pdf/333410Portuguese0BR0questao0de0genero.pdf> (consultado em fevereiro de 2019)

BERTINI, M. J. *Ni d'Eve ni d'Adam - Défaire la différence des sexes*. Paris: Max Milo, 2009.

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 2002.

BURGUIERE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALIN, M.; ZONABEND, F. (org.). *Histoire de la famille*. Paris: Armand Colin, 1986.

BUTLER, J. *Gender trouble*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990

_____. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Undoing Gender*. Routledge: New York, 2004.

_____. Le transgenre et les attitudes de révolte. In: DA-VID-MENARD, M. (Org.). *Sexualités, genres et mélancolie : s'entretenir avec J. Butler*. Paris: Campagne-Première, 2009.

CADEAU, M-C. *La pensée de Jacques Derrida aux fondements du genre et du Queer*. In : <https://ephep.com/fr/content/info/la-pensee-de-jaques-derrida-aux-fondements-du-gender-et-du-queer> (consultado em fevereiro de 2019)

CADORET, A. La filiation des anthropologues face à l'homoparentalité. In:

BORRILLO, D. & FASSIN, E. (Orgs.). In: *Au-delà du PaCS : L'expertise familiale à l'épreuve d'homosexualité*. Paris: PUF, 209-228, 1999.

CECCARELLI, P.-R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XV, 161, 88-98, set. 2002.

_____. Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 40(72): 89-102, jun. 2007.

_____. Don Quixote e a transgressão do saber. *Revista Mal-estar na subjetividade*. Fortaleza, vol. IX, n. 3, p. 917-937, set/2009.

_____. Psicanálise, sexo e gênero. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 48, p. 135-146, dezembro/2017a.

_____. *Transsexualidades*. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017b.

DE BEAUVOIR, S. (1949); *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

DE OLIVEIRA, P. A. *Entre a mulher e o feminino: uma leitura psicanalítica da feminilidade*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Psicologia, em 2017. Disponível em (consultado em fevereiro de 2019): http://www.ppgp.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=58

DELIEGE, R. *Anthropologie de la parenté*. Paris: Armand Colin, 1997.

FINE, A. (2002). Parenté : Liens de sang et liens du cœur. In: J.-F. DORTIER (Org.). *Familles, permanence et métamorphoses*. Auxerre: Ed. Sciences Humaines, 2002.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985a.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

FREUD, S. (1917) Luto e Melancolia. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

_____. (1925). *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, 1976.

_____. (1930) *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016 (Tradução de Renato Zwick).

- FRAISSE, G. *La différence des sexes*. Paris: PUF, 1996.
- FRIZZO, G.B., et al. O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Rev Bras Cresc Desenv Hum*. 15(3):84-94, 2005.
- LAQUEUR, T. *La fabrique du sexe*. Paris: Gallimard, 1992.
- LENOIR, R. *Généalogie de la morale familiale*. Paris: Seuil, 2003.
- KUHN, T. (1962/1970) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- McDOUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1997.
- PARSEVAL, G (1981). *La part du père*. Paris: Seuil, 2007.
- ROTHBLATT, M. (2011). *From Transgender to Transhuman: A Manifesto on the Freedom of Form*. Kindle Edition
- SCOTT, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila, 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf (consultado em fevereiro de 2019)
- SOUSA FILHO, A. *Tudo é construído! Tudo é revogável! a teoria construcionista crítica nas ciências humanas*. São Paulo: Cortez, 2017.
- TORT, M. *Quelques conséquences de la différence "psychanalytique" des sexes*. Les Temps modernes, Paris, TM, n. 609, p. 176-215, juin-juillet-août 2000.
- VAINFAS, R. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- WAJCMAN, J. Genre, technologie et cyberféminisme. In: MARUANI, M. *Travail et genre dans le monde : L'état des savoirs*. Paris: La Découverte, pp. 428-436, 2013.
- _____. De la déconstruction du genre au posthumain : quels enjeux pour la psychanalyse? *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, 2019 (no prelo).